

EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A PRÁTICA DOCENTE: DESAFIOS E AVANÇOS COM CRIANÇAS SURDAS

Gabriela Soares dos Santos¹
Samuel Luis Velázquez Castellanos²

Resumo: O presente trabalho objetiva analisar como acontece a educação inclusiva e como esta oferece os suportes necessários para uma educação de qualidade, tanto para as crianças surdas, quanto para os professores que as recebem. Debruça-se nesta questão partindo dos estudos realizados no curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão - UFMA, no segundo semestre de 2016 e início do ano de 2017. Realizou-se durante o período da investigação, discussões referentes aos objetivos e às questões pertinentes ao assunto. Como referencial teórico utiliza-se Góes (1999) e Lodi (2009), assim como documentos legais, e de uma pesquisa com as docentes que tiveram experiências com crianças surdas em turmas de educação infantil da rede pública de São Luís- MA, utilizando-se como metodologia a pesquisa bibliográfica e a pesquisa qualitativa.

Palavras-chave: Prática docente. Educação inclusiva. Criança surda.

Abstract: The goal of this study is to analyze how inclusive education happens and how it offers the necessary supports for quality education, both for deaf children and for the teachers who receive them. It is based on the Pedagogy course of the Federal University of Maranhão, in the second semester of 2016 and beginning of 2017. During the period of the investigation, discussions were carried out on the objectives and relevant issues to the subject. It based on Góes (1999) and Lodi (2009), and legal documents, and a research with teachers who have had experiences with deaf children in classes of children's education of the public education of São Luís-MA, as a methodology the bibliographic research and the qualitative research.

Keywords: Teaching practice. Inclusive education. Deaf child.

1 Introdução

O presente artigo consiste em analisar como acontece a educação inclusiva e como esta fornece os suportes necessários para que o aluno com necessidades educacionais especiais,

¹ Graduanda do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA. E-mail: gabriela.ssoares4@gmail.com

² Professor Doutor do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Maranhão- UFMA. E-mail: samuel@ufma.br

de modo particular a pessoa com surdez matriculada na educação infantil da escola pública, tenha pleno desempenho nessa etapa da vida.

Ao longo do processo educativo percebemos que a escola se constituiu sob um processo de exclusão, onde sempre favoreceu apenas determinado grupo social. Diante de tal contexto, a criação das políticas educacionais contribui para a minimização dessa exclusão que ~~são mais comuns~~ nesse âmbito. Partindo desse ponto, procuramos entender os avanços proporcionados por essa mudança cultural da escola, principalmente para a etapa da educação infantil, a qual deve garantir o desenvolvimento de todas as crianças até 05 anos de idade, e as possibilidades reais trazidas por estas políticas para uma educação igualitária em todos os sentidos.

Desse modo, com o intuito de compreendermos como a mudança estrutural e cultural fez-se e ainda se faz para contemplar todas as especificidades de seu aluno, particularmente o surdo. Não se tratando apenas do simples acesso na escola regular para esses alunos, mas envolvendo os procedimentos políticos e pedagógicos que contribuem para a permanência e o desenvolvimento integral desse sujeito, ou seja, como é pensada essa educação inclusiva para a escola, não somente de forma ideológica, mas percebendo como essas ideias e projetos voltados para essa área, acontecem de fato no “chão da escola”.

Para isso, realizamos entrevistas com professoras que tiveram a experiência de conviver com o aluno surdo na educação infantil e como elas desempenham sua prática docente na perspectiva inclusiva. Os relatos são de grande relevância para a compreensão de como ocorre à inclusão de crianças surdas, bem como os avanços e as principais dificuldades das docentes para contemplar o desenvolvimento integral da criança surda na sala regular de educação infantil.

2 Educação Especial na perspectiva inclusiva

Quando pensamos em Políticas Públicas, estamos nos referindo ao conjunto de propostas e estratégias para um âmbito específico, o qual culmina diversos interesses sejam eles políticos, sociais e culturais. No espaço educacional não é diferente, ainda mais quando atentamos para as questões que envolvem as Políticas Públicas para a Educação Especial, na

sua perspectiva inclusiva onde o acesso e a permanência do aluno com necessidades educacionais especiais devem ser o eixo central de suas propostas e intervenções.

Desse modo, cabe a todos entender o objetivo das políticas públicas de educação inclusiva, quais são seus avanços e recuos com relação aos documentos legais e o que ainda falta para esta se concretizar como uma política que garanta de fato os direitos de crianças estarem não somente inseridas no sistema público regular de ensino, mas que esta tenha pleno desenvolvimento de suas habilidades. Tendo assim, como preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, a garantia da diversidade escolar e da igualdade de condições, contemplando currículos, métodos, técnicas dos recursos educativos para a devida organização específica das escolas para atenderem as necessidades de cada da criança.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA, 2008, p. 05).

Sendo que, a educação inclusiva é uma ação política, social, cultural e pedagógica, a qual traz a ideia de equidade que engloba a função equalizadora que se refere à recuperação do direito à igualdade pela ampliação das possibilidades de acesso, permanência e aprendizagem em consonância à educação escolar e também a função qualificadora que consiste na recuperação do direito de aprender a aprender, aprender sempre, capacitar-se para o exercício da educação permanente, ampliando as chances de viver na sociedade do conhecimento como um cidadão ativo, participativo e socialmente produtivo.

Dessa forma, existindo várias especificidades de necessidades educacionais especiais, a educação inclusiva deve contemplar todas elas. Em relação ao aluno surdo afirma que:

Para a inclusão dos alunos surdos, nas escolas comuns, a educação bilíngue - Língua Portuguesa/LIBRAS, desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua de Sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de Libras e Língua Portuguesa e o ensino da Libras para os demais alunos da escola. O atendimento educacional

especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular (POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA, 2008, p. 17).

Por isso, os “movimentos surdos”, não param de lutar para que tal comunidade tenha seus direitos garantidos, em razão disso, no ano de 2012, a Comunidade Surda Brasileira, através da Federação Nacional de Educação Integração dos Surdos (FENEIS) e entidades representativas apresentou ao MEC o documento “Política Nacional de Educação Bilingue para Surdos”, em comemoração a uma década de reconhecimento da Libras (2002-2012).

Em seguida, tivemos a proposta de modificação da Lei 8.035/10 pela FENEIS de que o atendimento para com as pessoas com necessidades especiais seja desde a tenra idade da criança, para o melhor desenvolvimento desta diante de suas limitações biológicas, e com relação aos surdos, consiste no fato de que a Língua de Sinais seja primeira língua (L1), nas creches, sendo a aquisição da língua de sinais a forma mais natural para essas crianças, já que possuem o sistema auditivo comprometido, e não tendo o retorno sonoro que os ouvintes têm.

Desse modo, a criação das políticas públicas para a educação especial na perspectiva inclusiva, é de extrema importância para a superação do processo de exclusão dentro e fora do âmbito escolar e para a efetivação dos direitos das pessoas com necessidades educacionais especiais. Embora saibamos que ainda falta bastante para a consolidação de uma educação inclusiva de qualidade, é preciso avançar não somente em leis, mas também, as atitudes sociais da comunidade escolar para com a diversidade da escola.

3 Percorso metodológico

É importante considerar que a realidade sociológica é sempre uma construção que se fundamenta num universo fático. Assim, ao investigador cabe encontrar, através dessa construção, o essencial de um real. De modo que, por vezes o cotidiano é anulado pelas rotinas comportamentais. Nesse caso, para fazer uma investigação acerca da prática docente numa perspectiva inclusiva na Educação Infantil com crianças surdas, é de extrema importância

levantar inúmeros procedimentos de pesquisa. Como já enfoca, o presente trabalho faz uso de percurso de investigação assente na prática da metodologia qualitativa.

Assim sendo, quando fomos direcionadas ao campo propriamente dito, obtivemos a percepção de que não estaríamos lá para confirmar ou negar hipóteses a partir de uma problemática já existente. Logo, o campo foi o espaço em que foram formados novos olhares sobre como era realizado o trabalho docente na perspectiva inclusiva, nos proporcionaram um material rico de informações para a construção da fundamentação do referido trabalho.

3.1 Perfil das entrevistadas

Visto que, os locais e as docentes pré-definidas para proceder com a pesquisa, assim após levantamentos dos dados, dirigimo-nos para o primeiro dispositivo que é o quadro de entrevista (quadro 01). Este ajudará pesquisadores e os leitores a situarem os informantes quanto à localização espaço-tempo e na forma como se colocam no texto ou constroem seus discursos. Com o sentido de preservar a identidade das docentes, nomeamos as mesmas para preservar suas identidades: **Professora A, Professora B e Professora C**, foram os nomes escolhidos, pelo fato das entrevistas terem sido realizadas com pessoas do sexo feminino. Diante dos dados das entrevistas destacaremos a seguir primeiramente os elementos considerados como base, ou seja, a formação inicial, o tempo de docência, o tempo de docência na educação infantil, experiência com alunos surdos, que seguirá abaixo:

3.2 Exercício da docência (Quadro 01)

NOMES FICTÍCIOS	FORMAÇÃO INICIAL	PÓS-GRADUAÇÃO	TEMPO DE DOCÊNCIA	EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL	EXPERIÊNCIA COM ALUNOS SURDOS
Professora A	Licenciatura em Letras	Docência no Ensino Superior	06 meses	06 meses	Experiência com jovens alfabetizados em LIBRAS.
Professora B	Licenciatura em Pedagogia	MBA em Gestão de Pessoas	08 anos	06 anos	Nenhuma experiência anterior.

Professora C	Licenciatura em Pedagogia	Psicopedagogia	10 anos	07 anos	Nenhuma experiência anterior.
--------------	---------------------------	----------------	---------	---------	-------------------------------

Desse modo, após o quadro informativo, para uma melhor compreensão, realizamos perguntas dentro de categorias, o que veremos a seguir, são categorias que englobam questões pertinentes sobre a inclusão de crianças surdas em escolas regulares e como as docentes executam suas práticas diante dessas situações que influenciam o processo educativo.

3.3 Dificuldades para conciliar o PPP com a inclusão

Sabemos que o Projeto Político Pedagógico é de suma importância para o andamento da escola, e quando a escola se diz inclusiva, este projeto não deve ficar alheio a essa proposta. Partindo disso, que questionamos sobre a existência de dificuldades por parte da escola para a elaboração de um PPP inclusivo, principalmente voltado para as crianças surdas, de forma que, a mesma contribua para o entendimento do contexto escolar e se faça relevante, uma vez que no fato o PPP é a identidade da escola, todas as dificuldades e facilidades que a instituição encontra para colocar em prática o que é proposto ou realizar uma articulação com a especificidade do corpo discente, implicará no desenvolvimento do processo educativo.

Diante desse questionamento a Professora A, não soube responder, pois afirma que não possui o devido contato com a escola. Entretanto, a Professora C, admite que a escola em geral, enfrenta grandes desafios para articular o Projeto Político Pedagógico com a inclusão de crianças surdas, relatando ainda que essa falha, essa lacuna no documento de importância acaba trazendo sérias consequências para a criança e também para ela como profissional. De acordo com as referidas respostas, é notório que a primeira entrevistada não sabe acerca do projeto pedagógico do local onde trabalha e diz não ter conhecimento sobre a realidade das escolas. Embora a pesquisadora quisesse tirar algumas informações, ela apenas diz não ter conhecimento sobre o assunto.

A segunda entrevistada a Professora B, apenas relata que a escola na qual trabalhou com a criança surda não tinha um PPP próprio e sim documentos nacionais. O que percebemos

é que, a escola não possui um PPP próprio de acordo com sua realidade, o que impossibilita ter uma proposta inclusiva. Como uma escola não tem uma proposta pedagógica própria? Isso vai contra a LDB que afirma no Art. 12 no inciso I que: “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica.” A professora não relata sobre a dificuldade de conciliar um PPP com a inclusão de crianças surdas, porém, é óbvio a enorme dificuldade, visto que não tem nem mesmo uma elaboração própria de acordo com o perfil da comunidade escolar.

Partindo deste pressuposto as mudanças necessárias não acontecem por acaso, mas fazem parte da vontade e participação da equipe escolar, expressas no seu Projeto Político Pedagógico – PPP e vividas a partir de uma gestão democrática, ou seja, o PPP é pautado nos princípios de igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério (VEIGA, 1995, p.32).

Por outro lado, é interessante perceber na fala da Professora C a sua preocupação para com a dificuldade que segundo ela, a escola ainda enfrenta em conciliar sua proposta pedagógica com a inclusão de alunos com necessidades especiais, ao afirmar que: “mas como esse PPP é pobre nesse sentido não há esse elo, então as crianças estão... desculpe-me, mas estão excluídas dentro da sala de aula, é uma inclusão pra sociedade, mas que na verdade, na sala de aula você vê que não acontece (Professora C, 2016, informação verbal).”

3.4 O papel do professor como mediador no processo de socialização da turma

Ao interessarmos pela socialização da turma, perguntamos às entrevistadas sobre o papel delas como mediadoras desse processo, uma vez que o professor contribui bastante no processo de aprendizagem e desenvolvimento da criança, e conhecermos como este procede diante de situações de convívio que existe na sala da educação infantil, é um fator extremamente relevante. Pois existindo alguma falta de interação das crianças surdas e ouvintes, cabe a este profissional buscar as melhores formas para uma boa construção de socialização.

Diante dos posicionamentos, percebemos que cada professora entende de uma forma o papel do professor como mediador do processo de socialização, às vezes até fugiam do tema

proposto, ou focavam somente nelas próprias ou somente nas crianças. A professora A, fala como ela responde aos questionamentos que as crianças fazem e fala da questão da comunicação para a socialização, mas ao longo da conversa ela enfatiza mais na questão da solidariedade das crianças e esquecendo-se de mencionar-se nesse processo.

Já a Professora B, através de sua fala mostra a sala de educação infantil como cheia de conflitos na qual o principal papel do professor é ser o conciliador destes, fala também de proporcionar desafios à criança, mas somente nesses dois aspectos, é como se para ela a questão da socialização girasse em torno de brigas e o professor só está lá para separá-las e sendo que a turma que ela trabalha é de crianças de três anos, ela acaba esquecendo as outras formas de aprendizagens e interação as quais ela pode mediar.

Enquanto a Professora C, foca somente nela como profissional dizendo que o professor deve entender aquele novo processo da sua turma e deve sempre ser um pesquisador, deve estar em constante aprendizado e participar de formações, porém, esquece de incluir a interação da turma e como ela intervém, ela até menciona como ela desempenha esse papel, mas não nessa pergunta, ela acaba fazendo um recorte deixando a socialização de lado e centraliza no papel do professor. No caso da criança surda de acordo com Lacerda e Lodi (2014), “o contexto interacional contribuirá significativamente para a estruturação dos discursos narrativos”, desse modo, os parceiros com quem a criança surda interage sendo eles crianças e adultos surdos, ouvintes fluentes em Libras e outros, além das várias situações que essas interações ocorrem, quando bem mediadas maiores benefícios proporcionarão.

Embora não enfatizado nas falas das docentes, entendemos que o professor de educação infantil deve se preocupar com a construção e o andamento das relações dentro da sala e criar meios para proporcioná-las e também media-las, pois de acordo com o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (BRASIL, 2001), “o professor dessa modalidade deve desenvolver, no seu cotidiano, atividades que proporcionem a integração entre todas as crianças”.

3.5 O comportamento da criança surda na sala de educação infantil

O processo de socialização é de suma importância para a turma em geral como especificamente para a criança, pensando nisso questionamos às docentes sobre o comportamento da criança surda na sala de educação infantil, pois é importante saber o tipo de comportamento que qualquer criança adquire na escola, principalmente aquela que possui uma diferença que pode comprometer seu desenvolvimento, ainda mais se ela não tiver o apoio dos colegas e professores. Partindo disso, a pergunta se faz relevante, porque as informações obtidas serão de grande significado para a compreensão do processo de interação tanto da criança surda para com a turma e vice-versa, e ainda mostrará como a professora desempenha seu papel diante dessas situações, se contribui para a evolução ou para o retrocesso de habilidades, dentre elas a interação com o meio.

Diante desse questionamento a primeira entrevistada defende que:

A criança surda tem os mesmos comportamentos das crianças ditas normais, a não ser que elas tenham algum problema como um distúrbio intelectual, neurológico, mas elas têm os mesmos comportamentos das outras crianças (PROFESSORA A, 2017, informação verbal).

A Professora C, além de concordar com a anterior, enfatiza as questões naturais de comportamento ligado a idade, afirmando que:

No início ela chorava muito e eu acredito que é normal porque criança de três anos chora mesmo, porque está se separando da família, por isso que eu digo que temos que saber diferenciar o comportamento natural de criança dessa idade de três anos e o comportamento da síndrome, então o choro é normal, mas ela no início andava assustada, ela mordida muito, batia muito, ela beliscava muito e todo dia [...] eu posso dizer que ela apresentava os comportamentos comuns da idade dela que é uma criança que gosta de correr, de brincar e de fazer o que outro faz, mas apresenta as dificuldades da necessidade dela que é a surdez (PROFESSORA C, 2016, informação verbal).

No entanto, a Professora B difere das anteriores ao afirmar que:

Quando a criança é alfabetizada em Libras e há a presença de um interprete ou tradutor imagino que seja igual a todas as outras crianças, mas a experiência que tive a criança não sabia nenhum sinal, só se comunicava através de gritos, choros e empurrões. O que causava uma certa confusão na sala. Mas as crianças nem por isso deixavam de interagir com ela nas brincadeiras (PROFESSORA B, 2017, informação verbal).

Ao analisarmos as falas das docentes entendemos que para as professoras A e C, as crianças surdas têm o mesmo comportamento das demais crianças, a primeira destaca que só ocorre diferença se a criança além da surdez tenha também um distúrbio mental que comprometa seu desenvolvimento e interação, a segunda lembra a importância de observarmos o comportamento da criança com base na sua idade e mostra que devemos fazer sempre esse discernimento das questões referentes à surdez e da idade, do ser criança.

Porém, diferente delas a Professora B fala da questão da não alfabetização da criança em Libras e diz que imagina que se fosse ao contrário a criança teria um melhor comportamento em suas relações e melhoraria o desenvolvimento das ações da turma, ela enfatiza apenas o lado agressivo e que tal comportamento causava uma desordem na sala. Percebemos que ela não olha para criança na sua totalidade e as possibilidades que ela tem, não relata se a criança desenvolveu outras formas de interação.

Entendemos assim que a interação entre os iguais e os diferentes reflete bastante no comportamento da criança surda, pois segundo Góes (1999) “Nessas propostas, as trocas comunicativas entre surdo e ouvinte são o fator mais importante da integração, além de ser negligenciada a interação da pessoa surda com os próprios surdos. Isso significa que está em causa a própria forma de se conceber a pessoa surda”. Partindo disso, compreendemos que a pessoa surda deve ter uma interação tanto com seus pares surdos, quanto com os ouvintes, para que haja uma plena integração social da pessoa com surdez, mas infelizmente algumas propostas contemplam apenas uma dessas interações, limitando assim a integração cultural entre surdos e ouvintes em todos os âmbitos sociais.

3.6 Experiência na Educação Especial

Uma boa relação professor-aluno é primordial para se alcançar bons resultados para ambos os envolvidos no processo educacional, dessa forma realizamos o questionamento voltado para a especialização ou qualquer formação na educação especial e sobre outra experiência com o aluno surdo, pois só o fato da pessoa ter feito alguma especialização na área

de educação especial mostra a sua sensibilidade neste âmbito da educação, mesmo que não seja relacionado à surdez.

Com base nos relatos das docentes, percebemos que as três fizeram curso de libras, uma sendo instrutora e possuindo maior facilidade em alfabetizar e proporcionar recursos didáticos para facilitar a aprendizagem da criança. As outras fizeram outros cursos voltados para essa questão da área especial, porém, nenhuma das entrevistadas tinham tido um contato anterior com algum aluno surdo, uma chega a contar que foi até mesmo um choque de realidade ao se deparar com a criança surda e sem possuir os recursos apropriados. O que faz-nos entender que elas não sabiam como lidar com essa situação e não tinham nenhuma formação da instituição voltada para o trabalho com a criança surda.

Desse modo, observamos que a realidade pela qual as docentes e as crianças passam se diferencia daquilo que a LDB aborda no Art. 59, inciso III, “os sistemas de ensino devem assegurar aos educandos com necessidades especiais, professores com especialização adequada em nível médio ou superior para atendimento especializado, bem como professor do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.” Isto influenciará diretamente o desenvolvimento desta criança, uma vez que, tendo este profissional com mais estudos na área, melhor para a relação estabelecida no processo educativo.

3.7 Trabalho docente na perspectiva inclusiva

Sabemos que a relação professor-aluno bem como os recursos didáticos que ele utiliza em sua sala de aula é de grande importância para o desenvolvimento educacional, pensando nisso questionamos às entrevistadas sobre o desempenho de seu trabalho docente na perspectiva inclusiva na sala de aula, pois entenderemos assim se estas conseguem contemplar todas as necessidades da criança inclusa, se as atividades desempenhadas acontecem da mesma forma para todos ou não, de forma mais específica perante as especificidades das crianças da turma.

Diante da prática pedagógica a primeira afirma que:

Eu trago questões da área da surdez, para que todos embora ainda pequenos se familiarizem com a história dos surdos, questão da identidade surda, e para todos eles,

surdos e ouvintes, porque o que acontece é que incluem o aluno surdo, mas não abordam assuntos na sala de aula sobre surdez. Eu trabalho mais a questão visual e expressão corporal, pois eu estou alfabetizando-os em Libras e exige isso, o visual e a expressão facial e corporal (PROFESSORA A, 2017, informação verbal).

O fato de ela ser instrutora de Libras facilita o desenvolvimento do trabalho pedagógico na perspectiva inclusiva, especificamente para o aluno surdo e ela compreende a importância de trazer para a sala de aula coisas referentes à cultura surda, isso acaba desenvolvendo certo envolvimento de todos com o assunto e ajuda na questão da criança pertencer àquele grupo e o trabalho com as expressões faciais e corporais, além da parte visual.

Enquanto a Professora B afirma que:

A falta de comunicação e falta de ajuda dos pais atrapalhou muito as possibilidades de inclusão, restando então à socialização e a tentativa de estabelecer uma comunicação com a criança (PROFESSORA B, 2017, informação verbal).

O que compreendemos a partir dessa fala é que a professora não conseguiu desempenhar uma boa relação com a família da criança e acabou dificultando e influenciando sua metodologia em sala de aula.

Já a Professora C, diz desenvolver seu trabalho da seguinte forma:

Eu trabalho no sentido de inserir mesmo! Eu ouvi uma frase assim: “Por que eu preciso ser inserido? Eu não sou uma pessoa? Eu sou uma pessoa! ”. Então isso me levou a pensar realmente esse termo “inserir” ele é excludente! Nós temos que começar a trabalhar numa nova perspectiva de tirar esses termos e de começar a trabalhar a pessoa pela pessoa, pelo ser humano que ela é! [...] eu não me apeguei na surdez dela não! Eu me apeguei no que ela podia se desenvolver (PROFESSORA C, 2016, informação verbal).

E sendo assim podemos verificar que esta última fala mais na questão da inserção e de trabalhar a criança como ser humano que é, porém ela se contradiz, no início afirma que trabalha no sentido de inserir e depois diz que esse termo é excludente, ela afirma ainda que não se limitou nas dificuldades e sim nas possibilidades da criança.

Diante das falas acima, percebemos que mais uma vez as três se distinguem na didática em sala de aula e no trabalho na perspectiva inclusiva com a criança surda o que faz-nos concordar com a prática da Professora A e em partes com a Professora C, não com Professora B porque ela mostra não ter didática nessa perspectiva.

O bom professor possibilita que o aluno conte, a todo o momento, com situações ótimas de aprendizagem. No entanto, esta precondição não implica trabalhar com situações-padrão porque os alunos não possuem o mesmo nível de desenvolvimento, o mesmo repertório de conhecimentos, a mesma forma de relação com o saber, os mesmos interesses motivações e formas de aprender (CARNEIRO, 2015, p.354).

Em suma, o professor na condição de mediador de conhecimento e trabalhando este na perspectiva inclusiva, deve a todo instante propiciar experiências de aprendizagem não de forma generalizada, mas de acordo com as mais variadas condições de seus alunos, promovendo sempre o respeito as diferenças e constituindo igualdade de desenvolvimento das habilidades, criando possibilidades de permanência desse aluno.

4 Considerações finais

A investigação de campo proporcionou-nos momentos ricos e prazerosos, às vezes tristes e decepcionantes diante das múltiplas realidades de todos aqueles que participam do processo educacional voltado para a perspectiva da escola inclusiva, a qual precisa melhorar bastante em todos os aspectos, já que está diretamente ligada ao desenvolvimento de seres humanos que precisam não somente de políticas e leis bem formuladas, e sim que seu direito a uma educação igualitária e de qualidade seja de fato garantido na realidade escolar.

Dessa forma, à medida que fomos conversando com as docentes, nos deparamos com profissionais que muitas vezes se encontram em grandes apuros diante do desafio de se deparar com uma criança surda em sua sala de aula e não possuir conhecimentos e recursos necessários para a garantia de diversos momentos de aprendizagens e desenvolvimento dessa criança. É como se o mais importante para as autoridades responsáveis por essa “inclusão” fosse somente o aumento do número de matrículas de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares, mas que na verdade, acaba privando esse sujeito das inúmeras possibilidades de desenvolvimento.

Em suma, esta pesquisa de campo foi de extrema relevância para um melhor entendimento sobre a realidade que a criança surda está inserida, servindo para o término de incertezas sobre essa situação e inserindo-nos numa realidade que em sua maioria não contempla o sujeito surdo, mas que encontra profissionais que mesmo sem muitos

conhecimentos na área, procuram desempenhar seu papel da melhor forma dentro de suas possibilidades, diante disso, fica de missão para as autoridades e escolas o cumprimento do que está nas leis de inclusão de fato ocorrer no “chão da escola”.

Referências

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. 5. ed. Brasília: Coordenação Edições Câmara, 2010a.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação. Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil/** 2001. <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>.> Acesso em: 06/10/16

CARNEIRO, Moaci Alves. (2015). **LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo**. 23ª ed. Petrópolis: Vozes.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. **Linguagem, surdez e educação/** Maria Cecília Rafael de Góes. Campinas, SP: Autores Associados, 1999. – (Coleção educação contemporânea).

LODI, Ana Claudia. LACERDA, Cristina B. F. de. **Uma escola, duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais de escolarização/** Ana Claudia B. Lodi, Cristina B. F. de Lacerda (organizadoras). – 4.ed. -Porto Alegre: Mediação, 2014.

Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>.> Acesso em: 15/11/16

VEIGA, Lígia Correa Lustosa da. **O papel do gestor escolar no processo de inclusão de alunos com necessidades educativas especiais.** Disponível em: <http://bdm.unb.br/bitstream/10483/9198/1/2014_LigiaCorreaLustosadaVeiga.pdf.> Acesso em: 15/08/16